



CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS

GABINETE VEREADOR VALDINEI LACERDA

REQUERIMENTO Nº _____ 2024

Ao Exmo. Sr. Vereador

Elvandro Maciel da Silva

Presidente da Câmara Municipal de Muriaé

Senhor Presidente,

O vereador abaixo assinado, com fundamento no Inciso II do art. 191 c/c com o art. 193 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, vêm perante V. Exa., satisfeitas as formalidades regimentais vigentes, solicitar que seja encaminhada o presente **REQUERIMENTO** a Exma. SRA. LUIZA AGOSTINI, SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, informações pormenorizadas sobre o saldo das contas dos valores dos repasses da complementação do piso da enfermagem enviados ao fundo municipal de saúde em setembro 2023.

Requero também as tratativas legais para viabilização dos repasses referentes aos meses de Maio, Junho e Julho usando o saldo, baseado nas informações da secretaria estadual de saúde no ofício 4232/24.

Os profissionais da enfermagem dos hospitais filantropicos, cujos a responsabilidade dos repasses é do município a partir da competência do mês maio, estão sendo prejudicados pelo não recebimento desses valores. Em anexo enviamos os ofícios para conhecimento.

Sem mais para o momento, renovo protestos de estima e consideração.

VALDINEI LACERDA DA
SILVA:04128422622

Assinado de forma digital por
VALDINEI LACERDA DA
SILVA:04128422622
Dados: 2024.08.05 12:18:14 -03'00'

VALDINEI LACERDA

Vereador da Câmara Municipal – PODEMOS

Câmara Municipal de Muriaé

Plenário Dr. João Evangelista Bandeira de Mello, 05 de agosto de 2024.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Saúde

Subsecretaria de Gestão e Finanças

Ofício SES/SUBGF nº. 40/2024

Belo Horizonte, 29 de julho de 2024.

À Exma. Sr.

Maria do Socorro Pacheco Pena

Vice-Presidente do Conselho Regional de Enfermagem de Minas Gerais

Assunto: OF. COREN-MG GAB Nº 4232/2024 - Piso da enfermagem

Referência: [Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 1320.01.0109967/2024-50].

Senhora Vice Presidente,

Em atenção ao OF. COREN-MG GAB Nº 4232/2024, no qual solicita informações sobre os repasses realizados para pagamento do piso da enfermagem das Prontocor, Hospital do Câncer Lael Varela, e Casa de Caridade São Paulo, todas do município de Muriaé, apresentamos as informações a seguir.

Inicialmente, cabe esclarecer quanto à metodologia utilizada no contexto do Estado de Minas Gerais para repasse dos valores referentes à assistência financeira complementar do Ministério da Saúde.

Segundo a Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.343/2023, a qual reorganizou a forma com que os recursos referentes à assistência financeira complementar do Ministério da Saúde são transferidos no âmbito do Estado de Minas Gerais, a responsabilidade de submeter os dados funcionais no sistema InvestSUS, e de transferência aos beneficiários, recaem ao Estado de Minas Gerais nas seguintes circunstâncias:

a) no caso de estabelecimento público, quando o Fundo Estadual de Saúde for o seu mantenedor;

b) no caso de estabelecimento privado, com CEBAS na área da saúde ou que atenda o percentual mínimo de 60% SUS, somente quando o município ainda estiver sob gestão estadual.

Por outro lado, restou estabelecido também que, nas situações em que o Fundo Municipal de Saúde for o responsável pelo pagamento dos profissionais desses estabelecimentos públicos, independentemente da natureza da gestão do CNES, a assistência financeira complementar será transferida diretamente do Ministério da Saúde ao respectivo município, ficando esse submetido às responsabilidades mencionadas. O mesmo procedimento é adotado no caso das entidades privadas, quando o Município possuir a gestão descentralizada dos seus prestadores.

Cabe mencionar também que, por meio da Deliberação CIB-SUS/MG Nº 4.498/2023, foi

aprovada a assunção da gestão de seus prestadores pelo município de Muriaé, a partir do mês de março de 2024. E, considerando o lapso de tempo necessário para operacionalizar a alteração da gestão dos estabelecimentos no CNES e as devidas atualizações, o Estado de Minas Gerais efetuou a inserção dos profissionais da enfermagem das entidades beneficiárias da Resolução nº 9.088/2023 localizadas no município em março/2024, e eventualmente, os valores recebidos pelo Fundo Estadual de Saúde foram repassados até a competência de abril/2024.

Após essa competência, considerando que todas as atualizações cadastrais já foram realizadas, bem como em obediência à estrutura de repasse estabelecida em CIB, o município passou a ter a exclusiva responsabilidade pela inserção dos dados no InvestSUS e por realizar o repasse dos valores aos beneficiários.

No entanto, identificamos que os recursos da assistência financeira complementar referentes aos estabelecimentos mencionados continuaram a serem repassados para o Fundo Estadual de Saúde, embora o Estado de Minas Gerais não mais realize a submissão dos dados dos profissionais no InvestSUS.

Tendo em vista esse cenário, com o intuito de evitar prejuízos aos profissionais destinatários dos recursos e ao serviço de saúde prestado nessas instituições, a SES/MG tem buscado alinhamentos com o Ministério da Saúde para que a transferência dos recursos da assistência financeira complementar passe a ser realizada ao Fundo Municipal de Saúde de Muriaé, o mais rápido possível, uma vez que o Município é o ente legalmente apto a realizar o repasse.

Noutro giro, cabe mencionar que o procedimento adotado pelo Ministério da Saúde para regularizar essas situações, até o presente momento, tem sido a realização de “acerto de contas”, por meio do qual efetua repasses majorados nas parcelas subsequentes para compensar o ente de forma retroativa, bem como “desconta” os valores repassados ao ente que recebeu a maior. Conforme a [Cartilha do Piso da Enfermagem](#), elaborada pelo Ministério da Saúde, a solicitação de revisão e encontro de contas deve ser enviada à SGTES, por meio do e-mail revisadados.piso.sgtes@saude.gov.br, com ofício timbrado da instituição e assinatura da autoridade competente. Dessa forma, entendemos que é importante que o município de Muriaé também acione ao Ministério da Saúde, seguindo essas diretrizes.

Importante ressaltar, por fim, que reconhecemos a importância dos da enfermagem frente ao Sistema Único de Saúde, e compreendemos a urgência de regularização do repasse da assistência financeira complementar aos trabalhadores que fazem jus à complementação, motivo pelo qual estamos atuando para que a situação seja regularizada o quanto antes.

À disposição para esclarecimentos adicionais, se necessários.

Leonardo Petrus

Subsecretário de Gestão e Finanças

Secretaria de Estado de Saúde

Poliana Cardoso Lopes

Secretária de Estado Adjunta de Saúde

Secretaria de Estado de Saúde



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Petrus, Subsecretário(a)**, em 30/07/2024, às 22:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Poliana Cardoso Lopes Santos, Secretário(a) de Estado Adjunto**, em 31/07/2024, às 07:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#), informando o código verificador **93503738** e o código CRC **2C88D2F2**.

Referência: Processo nº 1320.01.0109967/2024-50

SEI nº 93503738

Rodovia Papa João Paulo II, 4143 - Bairro Serra Verde - Belo Horizonte - CEP 31630-900

OF. COREN-MG GAB Nº 4232/2024

Belo Horizonte, 26 de julho de 2024.

**Exma. Sra.
Poliana Cardoso Lopes
Secretária de Estado Adjunta de Saúde**

Senhora Secretária,

O Conselho Regional de Enfermagem de Minas Gerais, Autarquia Federal instituída pela Lei 5.905, de 1973, na pessoa de seu representante legal, vêm, pelo presente, solicitar informações sobre os repasses realizados para pagamento do piso das instituições Prontocor, Hospital do Câncer Lael Varela, e Casa de Caridade São Paulo, todas do município de Muriaé.

É fato que o Piso Nacional da Enfermagem foi instituído pela Lei nº 14.434/22, declarada constitucional e aplicável pelo Supremo Tribunal Federal, com aplicação regulamentada pelo Decreto nº 1135/202 e pelas Portarias do Ministério da Saúde.

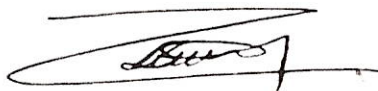
Importante ressaltar, que a provação do piso foi um justo reconhecimento da sociedade quanto a importância do papel da enfermagem na saúde brasileira e especialmente pelo árduo papel desempenhado com muita dedicação e coragem no enfrentamento a pandemia do Covid 19, por representar a maior força de trabalho assistencial e gerencial nas unidades de saúde da rede pública e privada e neste contexto, ressaltamos a importância e obrigatoriedade do pagamento do piso da enfermagem para todos os trabalhadores(as) da classe.

Certo da colaboração de Vossa Senhoria, nos despedimos e renovamos nossos protestos de estima e consideração.

Respeitosamente,



**ENFª MARIA DO SOCORRO PACHECO PENA
COREN-MG 29.568-ENF
VICE PRESIDENTE**



**ENF. BRUNO SOUZA FARIAS
COREN-MG 203.133-ENF
PRESIDENTE**